

O Espírito Santo, segundo Basílio de Carvalho Daemon, escrevendo em 1878 (Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo), só passou a contar com a imprensa 32 anos após a criação da Imprensa Régia e da Gazeta do Rio de Janeiro; estes os primeiros e decisivos fatores de inauguração da imprensa no Brasil, ainda no bojo do impacto da política joanina do início do século XIX.

Antes desta imprensa oficial, porém, já circulava no Rio de Janeiro, e em algumas províncias, quase na clandestinidade, o **Correio Brasiliense**, de Hipólito da Costa, impresso em Londres desde junho de 1808.

A **Gazeta do Rio de Janeiro** circulou até 1822, mas ocupava-se quase exclusivamente das comunicações oficiais. E a **Idade do Ouro do Brasil**, que aparece na Bahia em 1811, sob os auspícios do Conde dos Arcos, defendeu a dominação lusitana até a expulsão das tropas do general Madeira. O **Correio Brasiliense**, que circulou até 1823, é que foi o principal veículo de propagação dos ideais de emancipação política da nação. Enquanto no Espírito Santo o último governador colonial, Botelho de Vasconcelos, era insultado nos pasquins manuscritos colados nas paredes de Vitória pelos que exigiam sua deposição, em decorrência da inexistência total de imprensa local, quando da agitação do movimento da independência (BITTENCOURT, Gabriel. - **Espírito Santo: Alguns aspectos da independência**. 1985)

A luta pela independência e sua consolidação incrementarão o aparecimento de vários jornais e revistas, sobretudo na Corte, mas, também nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Paraíba e Pará. Tendência que permanece a partir da década de 1830. Ampliando sobremaneira a defasagem da perspectiva de uma imprensa capixaba por todo o período.

Em Vitória, portanto, fundou-se a primeira tipografia apenas em 1840, por iniciativa do alferes Aires Vieira e Albuquerque Tovar que, em 15 de setembro daquele ano, assinou contrato com o governo provincial, no sentido da publicação das ordens e dos atos oficiais. Destarte, surgiu assim o **Estafeta**, comprometido com o poder público, periódico dirigido por José Marcelino Pereira de Vasconcelos, como jornal oficial, em cumprimento a concessão de favores exarados na lei provincial de 3 de março de 1835, que redundou no contrato com o governo que devia vigorar por 10 anos.

Ignora-se a data de sua publicação. Sabe-se apenas que circulou somente um único número, segundo Afonso Cláudio "pessimamente impresso" (**História da Literatura Espírito-santense**. Porto, 1912). O falecimento de Vieira Tovar, no ano seguinte à instalação do empreendimento pioneiro, atrasou quase uma década a já defasada imprensa

A imprensa no Espírito Santo

Gabriel Bittencourt

Prof. adj. da UNI/RIO
Ex-prof. do Depto. de História
CEG - UFES

capixaba. Somente em 1848 é que os herdeiros de Tovar terminaram por transferir o prelo a Pedro Antônio de Azeredo.

Em 1849, iniciando a publicação do **Correio da Vitória**, Pedro de Azeredo abriu também, decisivamente, as perspectivas às publicações locais e à própria historiografia regional. A obra clássica de Daemon, supra citada, por exemplo, que inspirou gerações de historiadores locais (apesar das falhas grosseiras que lhe imputa Afonso Cláudio), foi impressa em Vitória.

O contrato de Azeredo com o governo obrigava-o a publicar duas folhas semanais, em formato pequeno, recebendo subsídio de 10\$000 (dez mil réis) por tiragem. Nessas condições o **Correio da Vitória** sobreviveu 24 anos, tendo o contrato inicial transferido a José Francisco Pinto Ribeiro e, posteriormente, a Jacinto Escobar de Araújo, por falecimento de Azeredo.

Segundo Heráclito Amâncio Pereira, era uma "folha política, literária e noticiosa". Inicialmente bi-semanal, até que em 13 de janeiro de 1872, começou a circular três vezes por semana (RIHGES N^{os} III, IV, V e VII). Defendia a política conservadora e declarou explicitamente, no quarto ano de sua existência que mantinha o "dogma político - monarquia, constituição e liberdade". Mesmo comprometido com o governo não impediu, no ano de sua fundação a publicação de um artigo em que eram atacados os atos da Assembléia Legislativa Provincial. O que lhe valeu a tentativa de apreensão da edição por ordem governamental. Declarando o editor, a partir daí, no mais aceitar matérias "contendo ofensas ou que pudessem gerar polêmicas inúteis". Mesmo assim, em 1850, deixou o governo de cumprir o contrato, não fixando na lei Orçamentária importância suficiente para o devido pagamento do subsídio. "Má vontade" que continuou em 1851, quando o **Correio da Vitória** deixa de publicar os atos oficiais e franqueia suas colunas a todas as publicações, conforme editorial de 3 de julho de 1852, intitulado "Nossa Missão na Imprensa", proclamando sua "independência".

Apesar disso, tornou a dar publicidade aos atos do governo, assinando novo contrato a partir de 30 de julho de 1853. Recebendo, posteriormente, substancial indenização devido ao distrato governamental. Novos contratos foram firmados com o governo até a cisão do partido Conservador em 1873, quando cessou sua publicação.

A coleção do **Correio da Vitória** é uma preciosa fonte para a historiografia regional, embora o noticiário local seja resumido e enxertado de notícias da Corte. Os anúncios eram poucos, geralmente sobre escravos fugidos, e o comércio pouco se utilizava desse veículo de propaganda. Uma das seções mais concorridas era a do movimento dos navios do porto de Vitória.

Batendo-se o periódico, com destaque, pela navegação regular, escala dos vapores em Vitória e pela implantação de um farol na barra da baía do Espírito Santo (o que posteriormente ficou concretizado, em 1870). Mantinha correspondente no Rio de Janeiro e iniciou, desde 1856, publicação de memórias, textos históricos e crônicas. Talvez o primeiro a publicar no Espírito Santo, em folhetim, um ensaio de crônica, sob o título - "A Semana" (nº 10, set. de 1859).

O segundo periódico que se registrou no Espírito Santo foi **A Regeneração**, publicado também na capital, pela tipografia Imperial, cujo primeiro número apareceu em 17 de dezembro de 1853, redigido pelo professor e latinista Manuel Ferreira das Neves. Era um "periódico bi-semanal, literário e de regular formato", segundo Amâncio Pereira. A primeira publicação "verdadeiramente independente, sem ligações com o governo ou com agremiações partidárias", na visão de Afonso Cláudio. No entanto, manteve contrato com a Assembléia Provincial para a publicidade de seus atos (1854). Desapareceu em fevereiro de 1856. Segundo Daemon, "foi um dos melhores periódicos aqui publicados", pelas matérias que continha, nítida impressão e boa redação. Entre seus colaboradores contava com José Marcelino Pereira de Vasconcelos que também redigiu o **Correio da Vitória e O Semanário**.

Segundo, ainda, Afonso Cláudio, a imprensa política fez sua estréia na província com a publicação de **O Capixaba**, em 1856, seguido de **O Semanário**, em 2 de janeiro do ano seguinte e **Aurora**, cujo primeiro número estampa a data de 19 de agosto de 1859.

O Capixaba, com edição inaugural datada de 17 de julho daquele mesmo ano, surge como órgão de oposição para combater o candidato da situação à Câmara dos Deputados. Circularam apenas treze números. O último em 23 de outubro do mesmo ano. Nenhum destes periódicos, aliás, teve vida longa. **O Semanário**, de propriedade do major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, chegou a atingir o número 50, encerrando sua publicação em 3 de abril de 1858.

No período seguinte, quase todos os periódicos surgidos são marcados pela linha política de atuação - ora defendendo candidaturas, ora atacando. Entre estes, destacamos **A Liga**, **O Indagador**, **O Marimbondo**, **O Provinciano**, **O Pica-pau** (que trazia no bico uma vespa, que representava o **Marimbondo**), e **O Periódico dos Pobres**. Todos do ano de 1860, e de efêmera duração. O antagonismo político estampado em suas folhas, ainda refletiam as querelas políticas da década de 1830, que deram origem ao bi-partidarismo liberal e conservador. Partidos que se alternam no poder até o fim da monarquia, e que irão monopolizar a discussão política na imprensa durante muito tempo. Entre estes destacamos a **União Capixaba**, **O Clarim**, **O**

Desaprovador e **O Tempo**, em 1861; e em 1864, o **Jornal da Vitória**. Este último, defendia as posições dos liberais e só parou de circular em 1869 por insuficiente número de assinantes “que lhe permitisse sobreviver”. Liberais também foram **O Cidadão** (1868), **A União** (1873) e **Opinião Liberal** (1876), entre outros. O Partido Conservador apoiou-se sobretudo em **O Espírito-santense**, de 1870 a 1888 ou em **A Folha da Vitória**, de 1883 a 1890. Todos publicados na capital da província.

O primeiro periódico publicado no interior da província foi o **O Itabira**, cuja edição inaugural data de 1º de junho de 1866, em Cachoeiro de Itapemirim.

Explica-se esta primazia de Cachoeiro de Itapemirim pela dinâmica da sua economia que começava a aflorar naquele momento. Quando a franja da lavoura do café que a partir do Rio de Janeiro, se deslocava para o norte, penetrará célere pelo sul do Espírito Santo no século XIX, dinamizando a economia regional e urbanizando os centros cafeeiros, onde seus municípios não mediam esforços no sentido da modernização material e intelectual das cidades.

Cachoeiro de Itapemirim, centro dessa importante região, beneficiar-se-á largamente desse momento favorável à economia capixaba. Tanto que, em 25 de março de 1867, emancipava-se da Vila de Itapemirim, com a instalação da Câmara Municipal de Cachoeiro, embora sua população mal ultrapasse três mil habitantes. Acontece que, nessa época, o açúcar continuava sua trajetória de decadência, de que se ressentia o baixo Itapemirim, enquanto o café, produzido na zona agrícola da freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, permitia mais investimentos na ampliação das forças produtivas. Essa conjuntura favorável que atraiu uma geração de homens dinâmicos para a localidade, não deve ter escapado à perspicácia de Basílio de Carvalho Daemon (já citado) que, saindo do Rio de Janeiro ainda muito moço, optou por se instalar na terra do Itabira, fundando o jornal homônimo.

O **Itabira**, embora estampasse a proposta de jornal “literário, agrícola, comercial e noticioso”, comprometendo-se a não enveredar pelos caminhos “dos artigos anônimos, críticas às vidas privadas, política, vinganças parciais”, tendo no seu redator um adepto da política conservadora, terminou por sustentar violento embate político que redundou na suspensão da publicação e sua substituição por outro periódico, o **Estandarte** (1868). Mas este fato não atenuou satisfatoriamente a querela estabelecida. Daemon terminou por transferir-se para Vitória, onde assumiu a redação e direção do principal órgão conservador da província - **O Espírito-santense**, em 10 de março de 1874.

A semente plantada por Daemon em Cachoeiro de Itapemirim, entretanto, não deixou de frutificar. **O Cachoeirano**,

iniciado em 7 de janeiro de 1877, tornou-se a maior expressão da imprensa no sul da província. Fora seu redator e fundador Luiz de Lóiola e Silva, que declarou imparcialidade eqüidistante" dos dois partidos políticos que monopolizavam o poder. A partir de 1881 adotou uma linha abolicionista, mas moderada e, em julho de 1888, desde a edição nº 31, tornou-se órgão republicano, sob a redação de Antônio Aguirre e Bernardo Horta, ferrenhos propagandistas do regime.

Os propagandistas republicanos, como se sabe, empreenderam verdadeira cruzada, nos últimos anos do Império. No ano da proclamação, só no Espírito Santo, havia mais de uma dezena de "clubes" voltados para esse objetivo político, causando profunda impressão nessas agremiações e oratória republicana e os artigos e editoriais veiculados em **O Cachoeirano**. Sobrevindo a proclamação, é natural que se tenha tornado um órgão totalmente comprometido com o novo regime, ainda sob a direção de Bernardo Horta; a quem Newton Braga considera o mais notável personagem de história de Cachoeiro de sua época. Fato este, aliás, que não o livrou de um empastelamento, em julho de 1906, ainda sob a direção do mesmo Horta. Bernardo Horta, doente e desgostoso, suicidou-se no Rio de Janeiro em 1913. Mas **O Cachoeirano** continuou sua longa trajetória ainda por muito tempo.

Cachoeiro de Itapemirim conheceu, ainda, os periódicos **Companheiro do Silêncio** (1891) - depois denominado **Afonso Cláudio**, **O Município** (1892), **A Opinião** (1892), **Alecrim** (1893), **A Madresilva** (1893), **Sul do Espírito Santo** (1894), **O Gladiador** (1895), **O Papagaio** (1896), **A Borboleta** (1896), **O Relâmpago** (1897), **Pimpo** (1898), **A Folha Azul** (1898), **Eco do Sul** (1898), **O Binóculo** (1898), **O Alvor** (1898), **A Bomba** (1900), **A Lanterna** (1900). Jornais políticos, noticiosos, literários e uns poucos dedicados a grupos específicos como mulheres e jovens, ou a grupos étnicos como os imigrantes italianos. Heráclito Amâncio Pereira relaciona mais de trinta títulos desses periódicos até 1925 em Cachoeiro (ano no qual apresentou importante conferência a propósito do tema no 8º Congresso Brasileiro de Geografia, sediado em Vitória).

A partir da iniciativa pioneira de Daemon, outros jornais começaram a surgir no sul do Espírito Santo. É o caso do **Estrela do Sul**, cujo primeiro número circulou de julho de 1867 em Benevente, atual Anchieta; enquanto na vila de Itapemirim começou a circular em 24 de agosto de 1867 o **Sentinela do sul**, defensor das posições do Partido Liberal. Seguindo-se-lhes o **Operário do Progresso** (1875) e o **O Itapemirino** (1876); enquanto na capital proliferavam, em maior número, esse pequenos e artesanais jornais dos primeiros tempos da imprensa capixaba.

No norte do estado, somente na república a imprensa

fará sua estréia. Sob a denominação de **O Norte do Espírito Santo**, Fausto de Oliveira, proprietário da Tipografia Progresso e Indústria, imprimiu a primeira edição do hebdomadário em 15 de agosto de 1891.

Era seu redator-chefe Graciano dos Santos Neves, ferrenho opositor do presidente do estado barão de Monjardim, que aderira ao golpe de Deodoro da Fonseca, mas como este terminou apeado do poder com a ascensão de Floriano, no mesmo ano de 1891. Não sem antes determinar a suspensão do incômodo periódico, que só retornou a circulação em 1893, embora por pouco tempo. Santos Neves, abastado fazendeiro, acabou por assumir o governo do estado em 1896, cargo que renunciou no ano seguinte, em meio a inusitada demissão.

Publicações outras podem ser captadas em diversos pontos do interior do estado como em Iconha **Eco da Lavoura** (1892); Afonso Cláudio, **O Alto Guandu** (1893); Alegre (1893); Santa Leopoldina, **O Leopoldinense** (1894); São Pedro de Itabapoana, **O Município** (1894); Castelo, **A Flecha** (1899); Cidade do Espírito Santo (Vila Velha), **O Farol** (1904); São José do Calçado, **Lábaro da Paz** (1908); Alfredo Chaves, **O Imparcial** (1909); Cariacica, **Novo Horizonte** (1913); Rio Novo, **Rio Novense** (1914); Santa Tereza, **O Santa Tereza** (1914); Domingos Martins, **O Santa Isabel** (1915); Fundo, **O Timbuí** (1915); Acioli (município de Pau Gigante, depois Ibirapu), **O Aciolense** (1915); Colatina, **Folha Oficial** (1916); Muniz Freire, **Boletim Oficial** (1920); Ponte de Itabapoana, **O Itabapoana** (1922); Colatina, **A Notícia** (1922); Itaguaçu, **O Centro** (1924); Mimoso do Sul, **Idéia Nova** (1925); Serra, **Jornal da Serra** (1926); Santa Cruz (Aracruz), **O Santa Cruz** (1926); entre outros.

Amâncio Pereira relaciona 484 jornais e revistas fundados no Espírito Santo até 1926, na capital e no interior. Este não é um número exato, mas bastante expressivo para uma imprensa inaugurada tardiamente. Há que se levar em conta, entretanto, neste precioso levantamento, os boletins municipais, de clubes e entidades recreativas ou literárias, estudantis e até militares e/ou oficiais, como, por exemplo, a **Revista Militar da Força Pública do Estado do Espírito Santo cujo primeiro número apareceu em janeiro de 1912.**

A imprensa *strictu sensu*, como vimos, caracteriza-se por órgãos político-partidários, criados, às vezes, com objetivo de sustentar ou derrubar candidaturas, elogiar ou atacar posições, favoráveis ou contrários à situação. O que lhe valia em momentos de intolerância empastelamentos como os que sofreu **O Estado do Espírito Santo**, em 1906 e em 1911. Nem todos esses periódicos, porém, eram noticiosos ou políticos. Caso de **O Olho**, semanário humorístico, “propriedade de moços sérios” e que desejava “contentar a tout le monde et son père e mais os

caricatos hipócritas de uma maneira gentil”. Ou **A Sogra** “Órgão Crítico, pândego e noticioso...”, que circulou pela primeira vez em 23 de maio de 1915, em Vitória.

Nesse contexto aparece a Imprensa Oficial do Estado. Criada pelos decretos nºs 14 e 20, de fevereiro de 1890, em vista da rescisão do contrato que o governo mantinha com o **Estado do Espírito Santo** (antiga **Província do Espírito Santo**) para publicação dos atos oficiais. Sob o título de **Diário Oficial**, o primeiro número apareceu em 23 de maio de 1890, comemorativo da colonização do solo espírito-santense. Este título vinha entremeado pelas armas da república e ostentava ainda o dístico “ordem e progresso”. Para compra do maquinário e funcionamento da oficina, abriu o governo crédito de dez contos de réis, recebendo seu diretor vencimentos anuais da ordem de 3:600\$000. Em 1891, recebeu a denominação de **Correio Oficial**. Não deve ter vigorado por muito tempo. Tanto que, pelo decreto nº 84 de 1905, ficou novamente criado o **Jornal Oficial**, do qual declarou seu diretor, cel. Augusto Calmon - “Destinado a servir aos interesses do governo forte... do exmo. sr. presidente do estado e aos leais e harmônicos intuítos do Partido Construtor...”

Foi impresso até número 31 na Tipografia Comercial de Nelson Costa, quando começou a ser publicado nas suas próprias oficinas. Curiosamente teve sua publicação interrompida em 11 de agosto de 1907, por motivo de arrendamento da gráfica a um certo Arnóbio Lira de Araújo, pela importância de nove contos de réis anuais. Esta situação só ficará definida no ano seguinte, durante a administração Jerônimo Monteiro (1908-1912), que trouxe no seu bojo o esforço pela modernização do estado, lutando pela sua industrialização.

Mas não só a economia passava pelas reformas radicais do novo governo. Também a cidade, o estado e, infelizmente, até o antigo colégio dos jesuítas que, ao lado de outros próprios centenários, configuravam um conjunto harmônico na paisagem acidentada da ilha, passaram pelo bisturi reformador de Monteiro. De qualquer forma, em seu governo ganhou o patrimônio documental do Espírito Santo formidável organização administrativa com a criação do Arquivo Público Espírito-santense. Reorganização administrativa que compreendia também a implantação do Protocolo Geral da Administração, a recriação da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial. Esta última pelo decreto nº 447, de 30 de agosto de 1909 (Maria Stela de Novais atribui ao dec. nº 193 de 10 de outubro de 1908 - **História do Espírito Santo**. p. 373).

Nessa época, muito dos preciosos documentos que compõem a memória capixaba já havia sido perdido, pelo abandono e incúria das administrações que se sucediam. O acervo documental então existente se decompunha em

dependência da antiga igreja de São Tiago, um depósito empoeirado, onde jaziam abandonados leis, relatórios, livretos, documentos diversos e muito dos antigos jornais da hemeroteca regional, sob a denominação de "Arquivo da Secretaria". As várias transferências pelas quais passou e as conseqüências de uma inundação deixaram o acervo em lamentável estado. Não era só a vida administrativa e burocrática do estado, portanto, que sofria embaraços. Era a própria memória capixaba que estava em jogo. Repositório do maior acervo documental do estado, para onde converge a massa da documentação oficial, a criação decisiva do Arquivo Público do Espírito Santo contribuiu também, por conseguinte, para a preservação do muito que produziu a imprensa local e regional desde os tempos pioneiros. Muitos preservados até a atualidade.

A partir da década de 1920 começaram a surgir publicações de influência decisiva para a imprensa contemporânea. Entre elas a **Vida Capixaba**. Apareceu em abril de 1923, sob a direção de Garcia de Rezende, e começou a ser impressa na Tipografia da Imprensa Estadual, não demorando muito, porém, a estabelecer sua própria oficina. Trata-se de uma revista quinzenal de ilustrações, literatura e "mundanismo" conforme Amâncio Pereira.

Não é esta a primeira publicação voltada para a literatura no Espírito Santo. Eurípedes Queiroz do Vale (**O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses**. Vitória, 1971) credita a a **Magnólia**, dedicada ao público feminino e redigida pela professora Otávia Merlulo, a primazia no gênero, circulando a partir de 4 de fevereiro de 1881. Em 20 de agosto do ano seguinte, apareceu **O Pirilampo**, órgão da sociedade "Amor às Letras", criada pelos estudantes do Ateneu Provincial. Outras publicações do gênero aparecem ainda antes do surgimento da **Vida Capixaba** como, por exemplo, a **Gazeta Literária**, em 1º de janeiro de 1899, essencialmente literária e a cores. Dirigida por Amâncio Pereira, foi considerada uma das publicações mais bem feitas do gênero até então. Merece destaque ainda a **Revista Ilustrada** (2.4.1910) e **Vitória Ilustrada** (1.1.1914). Nenhuma destas, porém, influenciará tanto a sociedade espírito-santense como a **Vida Capixaba**.

Em uma primeira etapa esta revista circulou apenas até o número 3, reaparecendo dois meses depois sob a redação de Elpídio Pimentel, que manteria por muitos anos, a página principal com a coluna "De quinzena". Pimentel, mestre da língua, foi catedrático de Português e Literatura Portuguesa na Escola Normal do Espírito Santo e no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Carlos Madeira, Guilherme Santos Neves, Renato Pacheco, Eugênio Sette, Eurípedes Queirós do Vale, entre outros, perfilam entre os diretores da **Revista**. Segundo o mesmo Queirós do Vale, a **Vida Capixaba** congregava o que havia de

melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses; constituindo-se, assim, preciosa fonte de indicações e informações sobre as décadas de 1920/30/40, no Espírito Santo.

Em 1944, em todo estado contavam 15 periódicos (seis na capital e nove no interior, entre os quais 12 jornais, duas revistas e um boletim. Treze noticiosos e de propaganda, e dois literários e religiosos). Número ampliado para 32 periódicos em 1973 (dos quais quatro diários), totalizando uma tiragem anual que se aproximava de seis milhões de exemplares (José Teixeira de Oliveira. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. 1975).

Entre estes **A Gazeta** e **A Tribuna**, os mais importantes jornais da atualidade. Aquele fundado em 11 de setembro de 1928, por Thiers Veloso, este em 1938. Periódicos tradicionais que, paralelamente ao **Diário Oficial** e a **Vida Capixaba**, formaram os mais importantes profissionais e colaboradores da imprensa capixaba contemporânea, alguns ainda em atuação.

Desde seu aparecimento, cabe aos jornais notável missão civilizadora. Em verdade, é a imprensa o espelho da sociedade de cada país, de cada região. Assim sendo, também no Espírito Santo, recuperada de seu atraso histórico, ela evolui nos justos limites do crescimento da região, destinando-se, porém, a atingir a um público determinado e não à multidão.